

Habilitações académicas e profissionais:

- . Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - 1988);
- . Pós-licenciatura em Estudos Europeus - Dominante Jurídica (Centro de Estudos Europeus da U.C.P. - 1992);
- . Cédula profissional de advogado n.º 8690 (inscrição suspensa desde 1994).

Atividade profissional:

- . Técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação);
- . Presidente do Conselho Fiscal da Parques de Sintra - Montes da Lua, S.A.;
- . Vogal suplente do Centro Hospitalar Universitário de São João, E.P.E.

Funções exercidas anteriormente:

- . 2011 - 2018 – Secretário-geral adjunto do Ministério da Justiça, responsável pelos Serviços Jurídicos e de Contencioso e pela Unidade de Compras do Ministério da Justiça;
- . 2008 - 2011 – Diretor-coordenador (equip. subdiretor-geral) da Área de Recursos Humanos (do Serviço Nacional de Saúde) da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.;
- . 2004 - 2007 – Subdiretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- . 2001 - 2004 – Diretor (equip. chefe de divisão) do Gabinete de Estudos da Direção-Geral da Administração Extrajudicial;
- . 1997 - 2001 – Coordenador (equip. chefe de divisão) do Gabinete Jurídico da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
- . 1995 - 1997 – Consultor jurídico da Direção-Geral do Património;
- . 1993 - 1995 – Técnico superior da Direção-Geral do Tesouro.

Serviço Militar:

- . 1990 - 1991 – Cumprido no Regimento de Comandos (Amadora), tendo passado à disponibilidade no posto de alferes miliciano de Infantaria “COMANDO”.

Formação profissional:

- . CAGEP - Curso Avançado de Gestão Pública (INA, 2012), FORGEP - Programa de Formação em Gestão Pública (INA, 2010), Seminário de Alta Direção (INA, 2005) e outra formação nas seguintes áreas: Direito Administrativo (gracioso e contencioso), logística, contratação pública, administração financeira do Estado, contabilidade pública, regime de responsabilidade dos dirigentes da Administração Pública, regime jurídico dos trabalhadores públicos, avaliação do desempenho, proteção de dados pessoais e mediação familiar e comercial.